



**CONFLITO E GESTÃO AMBIENTAL NA ZONA COSTEIRA AMAZÔNICA: O CASO DA VILA DE
CAMARÁ, RESERVA EXTRATIVISTA (RESEX) MARINHA MESTRE LUCINDO, MARAPANIM-
PARÁ-AMAZÔNIA-BRASIL**

AUTORIA

Márcia Cristina Santos

E-mail: marciacristinasantos00@gmail.com

Universidade Federal do Pará

Otávio do Canto

E-mail: odocanto@gmail.com

Universidade Federal do Pará

Rodolpho Zahluth Bastos

E-mail: rz@ufpa.br

Universidade Federal do Pará

RESUMO

O presente estudo visa identificar os conflitos socioambientais existentes e os principais problemas da gestão ambiental na Vila de Camará. Nesta perspectiva, a relevância deste trabalho consiste em analisar a situação de uma comunidade no interior de uma Unidade de Conservação (UC) amazônica de origem recente, a qual partilha de grande riqueza de recursos naturais. Considerando que a RESEX encontra-se nos estágios iniciais de gestão, a reflexão sobre a existência de tais conflitos e as medidas tomadas pelo órgão gestor, na figura do ICMBio, bem como pensar estratégias capazes de reduzir tais embates, tornam este estudo ainda mais importante. As etapas metodológicas realizadas foram: revisão bibliográfica e documental, e visitas a campo. Os principais conflitos socioambientais verificados no local foram: distribuição fundiária de modo desigual, degradação ambiental na Praia do Lembe e pesca predatória. Ao focar a Praia do Lembe, dois conflitos se sobressaem: o descarte de esgoto diretamente no mar e a construção irregular de barracas de bares e restaurantes. Logo, a partir das discussões aqui propostas, é possível concluir que a gestão socioambiental desenvolvida na Vila de Camará deve estimular o diálogo entre as diversas instituições envolvidas; intensificar ações voltadas à educação ambiental, visando sensibilizar e conscientizar os moradores e demais indivíduos que visitem o local; fortalecer a fiscalização por parte da própria população; além de estabelecer canais de comunicação mais eficazes entre a sociedade e as entidades envolvidas, promovendo assim o desenvolvimento local por meio do empoderamento social e proteção ao meio ambiente e seus recursos.

Palavras-chave: Amazônia. Zona Costeira. Conflito socioambiental. Gestão ambiental. Reserva Extrativista.

Eixo Temático 1: Governança, Gestão Socioambiental e cooperação de redes interorganizacionais.

1. INTRODUÇÃO

Debater a realidade amazônica é sempre um desafio, tendo em vista as contradições e singularidades encontradas na região. Isto se demonstra desde a diversidade biológica até a multiplicidade cultural, socioeconômica e étnica, produto da interação entre seus diferentes atores sociais, dentre eles os indígenas, pequenos e grandes proprietários, trabalhadores urbanos, população sem terra e tantos outros (FERREIRA & SALATI, 2005). E ao aproximar o foco sobre cada um destes grupos, nota-se a presença de um importante fator que os influencia diretamente e/ou indiretamente: o extrativismo. Este é apontado por Homma (2012) como importante elemento responsável pela formação política e socioeconômica da Amazônia.

Esta forte relação entre Homem e natureza, quando não bem planejada, pode gerar alterações nas condições ambientais. Em situações em que a extração de recursos naturais assuma o papel de principal fonte de sobrevivência de determinada comunidade, a superexploração de um ou mais itens coloca em risco a manutenção da diversidade biológica, bem como a garantia de reprodução de seu modo de vida. E assim, o presente estudo tem por recorte espacial uma comunidade extrativista localizada na Zona Costeira paraense.

De acordo com o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC, 1997), atualmente em seu segundo volume, zonas costeiras comportam diversos ecossistemas de alta relevância ambiental, com a transição de ambientes marinhos e terrestres, além de algumas interações que as tornam frágeis. Ao destacar a Zona Costeira da porção Nordeste do Estado do Pará, verifica-se que esta possui 598 quilômetros de extensão, percorrendo desde a Baía do Marajó até o Rio Gurupi, e abrange 13 municípios (ALMEIDA & JARDIM, 2018). Ainda conforme o PNGC (1997), a maior parte da população mundial vive nas zonas costeiras, e tendências apontam para o processo de intensificação de ocupação dessas áreas. Neste sentido, ao compreender a Zona Costeira paraense enquanto uma das maiores reservas mundiais de biodiversidade (CANTO et. al., 2018), o panorama estabelecido é ainda mais delicado. Os autores afirmam também que esta zona está sob constante ameaça, apesar da existência de várias Unidades de Conservação (UC's) nas proximidades, e isto se deve ao fato que a gestão do território está sendo desempenhada de maneira assimétrica, além de que o sistema de gestão territorial é ineficaz.

No município de Marapanim, a situação não é diferente. A cidade abriga uma Reserva Extrativista (RESEX), isto é, uma categoria de UC de Uso Sustentável presente no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), implantado por meio da Lei nº 9.985/2000. A RESEX Marinha Mestre Lucindo foi criada através do Decreto s/n de 10 de outubro de 2014, e conta com um Conselho Deliberativo, o qual foi instituído pela Portaria nº 270/2018. A UC apresenta 26.465 hectares de área e abrange 32 comunidades distribuídas em oito polos. Para Pimentel (2019), as RESEX destacam-se por serem fundamentadas nas demandas das comunidades tradicionais, abarcando aspectos como a regularização fundiária, direitos sobre o território da pesca e seus recursos, além da proteção ambiental. O Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), até o presente momento, registrou um total de 346 UC's na Amazônia, sendo 257 de Uso Sustentável e 75 da categoria RESEX.

Dessa maneira, a discussão da presente temática requer a instrumentalização de dois importantes conceitos: conflitos socioambientais e território. Embora à primeira vista estas duas noções pareçam não ter correlação evidente, tais definições são, na verdade, indissociáveis. Isto se torna claro a partir da reflexão de Canto (2012), o qual afirma que estudiosos influenciados pelo Materialismo Histórico-Dialético de Marx e Engels destacaram que o território deve ser encarado como algo que vai mais além de um simples espaço, de natureza invariável; mas sim um ambiente em conflito e em construção, de modo contínuo.

Neste sentido, Haesbaert (2004) demonstra que o território abrange a perspectiva material e a simbólica, as quais são influenciadas pelo poder, tanto de dominação pela concepção material, quanto de apropriação pela visão simbólica. E ainda, Pimentel (2019) explica que para Lefebvre, a dominação está ligada ao valor de troca do território, enquanto que a apropriação está relacionada ao vivido ou ao valor do território.

Em seguida, é necessário apresentar as noções de conflito. Dentre as mais diversas interpretações que este termo pode adquirir, pode-se compreendê-lo como parte das relações estabelecidas entre os indivíduos, que sofre influência direta ou indireta do contexto social, o que pode resultar em diversas formas de conflitos, como aponta Almeida (2009). E ainda, alguns estudos de Acselrad (2010) apontam para a “ambientalização” de lutas sociais, em que muitas vezes o discurso rotulado como ambientalista tem de enfrentar o desafio de abarcar a proteção ao meio ambiente, sem se desvencilhar de questões sociais, como o combate ao desemprego e a pobreza.

Dessa maneira, em situações onde o embate é resultado da disputa pelo controle de recursos naturais inerentes à reprodução social dos mais distintos grupos, configuram-se os conflitos socioambientais. Neste sentido, Fuks (2001) enfatiza a necessidade de considerar que tais disputas enfocam não apenas o uso e apropriação de recursos naturais, como também problemas sociais, já que a garantia de manutenção de um determinado modo de vida está automaticamente aliada à disposição de elementos naturais encontrados em um território.

Complementarmente, Libiszewski (1992) apresenta a relação de interdependência entre problemas ambientais e sociais, ao exemplificar situações onde a escassez de um determinado recurso é constatada, e então começam a surgir implicações sociais, como migração populacional, diminuição das taxas de produtividade agrícola, decréscimo econômico, além do enfraquecimento de instituições e relações sociais. O presente estudo visou identificar os principais conflitos socioambientais presentes na Vila de Camará. Nesta perspectiva, a relevância deste trabalho consiste em analisar a situação de uma comunidade no interior de uma UC amazônica de origem recente, a qual partilha de grande riqueza de recursos naturais. E por considerar que a RESEX encontra-se em seus estágios iniciais de gestão, a reflexão sobre a existência de tais conflitos e as medidas tomadas pelo órgão gestor, na figura do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), bem como pensar estratégias capazes de reduzir tais embates, tornam este estudo ainda mais importante.

2. METODOLOGIA

Tendo em vista que a pesquisa é voltada para a solução de problemas a partir da aplicação de conhecimentos, envolvendo interesses locais, esta pode ser caracterizada como aplicada. Além disso, é exploratória, já que tem o intuito de explicitar o problema e/ou elaborar hipóteses, e conta com abordagem quali-quantitativa, a fim de abranger aspectos sociais e ambientais. O objeto da pesquisa são os conflitos socioambientais existentes na Vila de Camará.

Almejando atingir o objetivo proposto, foi necessário executar algumas etapas de cunho metodológico. A primeira delas foi a revisão bibliográfica, a fim de construir um arcabouço teórico-conceitual a respeito do objeto de pesquisa. Em seguida, realizou-se a revisão documental, a fim de coletar dados secundários relacionados ao estudo. E também foram realizadas visitas a campo, no intuito de dialogar com alguns moradores e assim entender as demandas locais.

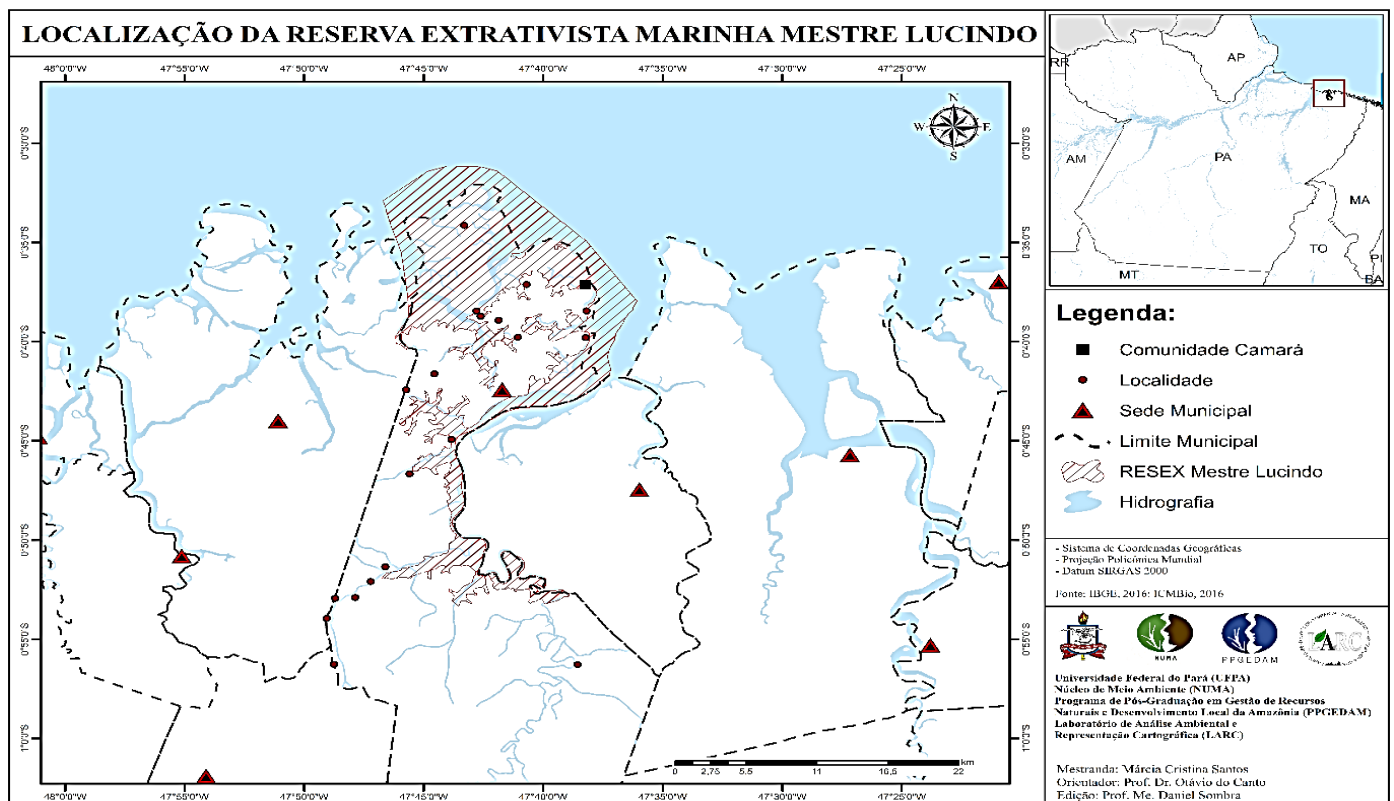
Estas visitas foram divididas em dois momentos: as reuniões do Conselho Deliberativo e o processo de levantamento de famílias beneficiárias da RESEX. Durante as reuniões do Conselho, foi possível observar a relação estabelecida entre o órgão gestor da UC, os membros do Conselho, habitantes da RESEX e as demais instituições envolvidas; além das técnicas de gestão que vêm sendo implantadas.

Já o processo de levantamento de famílias beneficiárias da RESEX é uma fase de grande importância para a gestão da Unidade. Nesta fase, uma equipe do ICMBio percorreu todas as 32 comunidades da RESEX e aplicou formulários que abordavam aspectos sociais, econômicos e ambientais. Na seção referente aos aspectos sociais, foi possível conhecer as condições de moradia, as percepções dos entrevistados quanto às condições de escolas, transporte, acesso a serviços e programas de auxílio governamentais, dentre outros. Já na seção sobre as condições econômicas, haviam perguntas direcionadas ao orçamento familiar e ao modo como ocorre o extrativismo de recursos naturais. E quanto aos aspectos ambientais, os formulários

continham perguntas voltadas à percepção dos entrevistados a respeito dos principais problemas ambientais ocorridos nas comunidades. Tudo isto permite traçar a descrição da família extrativista, e assim talvez futuramente trazer benefícios a esta parcela da população. Durante este processo, foi possível dialogar com alguns moradores da Vila de Camará e identificar os conflitos mais latentes no local. Por fim, a última etapa metodológica da pesquisa foi a análise das informações obtidas.

A área de estudo compreende a Vila de Camará, localizada no município de Marapanim, na mesorregião Nordeste do Pará e microrregião do Salgado. A vila é conhecida pela forte presença da pesca artesanal. Sua praia une-se à de Crispim, e esta formação apresenta cerca de 9.800 metros de amplitude (PALMEIRA, 2012). Abaixo, a área de estudo está apresentada na figura 1, abaixo.

Figura 1: Mapa de localização da Vila de Camará, em Marapanim-PA.



Elaboração: LARC / NUMA / UFPA, 2019.

A vila abriga a Praia do Lembe, ilustrada na figura 2, a qual tem se revelado um destino turístico cada vez mais atrativo por suas belezas naturais. Entretanto, a intensificação do fluxo turístico não tem sido acompanhada por técnicas de planejamento, dando origem a problemas que colocam em risco a biodiversidade local e o modo de vida de seus habitantes.

Figura 2: Fotografia do modo de ocupação da Praia do Lembe, na Vila de Camará.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A produção de textos acadêmicos que abordam os conflitos presentes na Vila de Camará ainda é escassa. Entretanto, isto precisa ser estimulado, principalmente por tratar-se de uma comunidade que está no interior de uma Unidade de Conservação amazônica, habitada por populações que possuem o extrativismo como fonte basilar de sobrevivência. Deste modo, os resultados da presente pesquisa fundamentaram-se, sobretudo, em vivências de campo.

Durante as reuniões do Conselho Deliberativo, foi possível conversar com representantes da Vila de Camará. Estes apontaram os principais embates verificados na comunidade. O primeiro deles é referente à distribuição fundiária desigual. Na vila, a situação é tão delicada, que todos os moradores, ao serem abordados para uma conversa gravada a respeito deste conflito, se recusaram a participar. Sendo assim, foram realizadas conversas sem registros. E de acordo com os relatos, esta problemática tomou proporções intensas, a ponto de gerar ameaças de morte.

Outro embate destacado durante as falas dos moradores da Vila de Camará foram os impactos ambientais verificados na Praia do Lembe, também na Vila de Camará. As barracas instaladas no local despejam seus dejetos diretamente no mar e, com o aumento do número de visitantes durante a alta temporada de veraneio, novas barracas têm sido construídas irregularmente. Tendo em vista que este é um território de marinha, é necessário considerar as normas de gestão impostas pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Alguns dos relatos apontaram também que, mesmo após denúncias direcionadas à secretaria, não foram tomadas medidas visando a resolução destes problemas.

E ainda, outro problema verificado durante as conversas e reuniões foi a pesca predatória, técnica que utiliza ferramentas responsáveis pela captura de peixes em fase ainda não apropriada, podendo resultar na redução ou no desaparecimento de espécies. Esta situação se agrava ao considerar que pescadores de outras regiões vêm ao local para pescar, o que intensifica a pressão antrópica sobre este impacto.

4. CONCLUSÃO

A partir do conhecimento e das reflexões acerca da realidade em que a Vila de Camará está inserida, foi possível constatar que os principais conflitos socioambientais verificados no local são: a distribuição fundiária de modo desigual, a degradação ambiental na Praia do Lembe e a pesca predatória. Ao focar a Praia do Lembe, dois conflitos se sobressaem: o descarte de esgoto diretamente no mar e a construção irregular de barracas de bares e restaurantes.



Por fim, dada a dificuldade em encontrar textos científicos a respeito da Praia do Lembe, sugere-se a realização de mais estudos voltados a este local, tendo em vista que o mesmo localiza-se no interior de uma Unidade de Conservação amazônica, e conseqüentemente é portador de grande biodiversidade biológica, étnica e cultural.

Logo, a partir das discussões aqui propostas, é possível concluir que a gestão socioambiental desenvolvida na Vila de Camará deve estimular o diálogo entre as diversas instituições envolvidas; intensificar ações voltadas à educação ambiental, visando sensibilizar e conscientizar os moradores e demais indivíduos que visitem o local; fortalecer a fiscalização por parte da própria população; além de estabelecer canais de comunicação mais eficazes entre a sociedade e as entidades envolvidas, promovendo assim o desenvolvimento local por meio do empoderamento social e proteção ao meio ambiente e seus recursos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. Estudos Avançados, v. 24, n. 68, 2010.

ALMEIDA, A. F.; JARDIM, M. A. G. Mudanças socioeconômicas e ambientais resultantes das políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico no litoral do Nordeste do Pará, Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 49, p. 108-129, 2018.

ALMEIDA, J. A construção social de uma nova agricultura. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

BRASIL. Decreto de 10 de outubro de 2014. Cria a Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo, localizada no Município de Marapanim, Estado do Pará. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2014.

_____. Decreto nº 5.300 de 7 de dezembro de 2004. Regulamenta a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC, dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências. Brasília: D.O.U. de 8.12.2004.

_____. Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. Brasília: D.O.U. de 18.5.1988.

_____. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2000.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Portaria nº 270, de 4 de abril de 2018. Cria o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo, no Estado do Pará (Processo nº 02122.010584/2016-46).

_____. _____. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaMDNmZTA5Y2ltNmFkMy00Njk2LWI4YjYtZDJIzFkOGM5NWQ4IiwidCI6IjIjY2ZmE5LTNmOTMtNGJiMS05ODMwLTZyNDY3NTJmMDNlNCIsImMiOiJF9jF9>>. Acesso em: 22 de agosto de 2019.

_____. _____. Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. Brasília, 1997. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/images/arquivo/80033/0.PNGC-II97%20Resolucao05_97.CIRM.pdf>. Acesso em: 20 de agosto de 2019.



CANTO, O. Conflito socioambiental e (re)organização territorial: mineradora Alcoa e comunidades ribeirinhas do Projeto Agroextrativista Juruti Velho, município de Juruti - Pará - Amazônia - Brasil. 270f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

CANTO, O. et al. Conflitos socioambientais e gestão do território em unidades de conservação na zona costeira do Estado do Pará-Amazônia-Brasil. In: SILVA, C. N.; OLIVEIRA NETO, A. C.; SOBREIRO FILHO, J. Perspectivas e análises do espaço geográfico: dinâmicas ambientais e uso dos recursos naturais. Belém: GAPTA/UFPA, 2018. v. 1, p. 87-114. Disponível em: <<http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/392>>. Acesso em: 18 de agosto de 2019.

FERREIRA, A. M. M.; SALATI, E. Forças de transformação do ecossistema amazônico. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 25-44, 2005.

FUKS, M. Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2001.

HAESBAERT, R. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. *Periódicos Científicos*. UFRGS, Porto Alegre, v. 12, n.4, p. 1-20, 2004.

HOMMA, A. K. O. Extrativismo vegetal ou plantio: qual a opção para a Amazônia? Revista **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 167-186, 2012.

LIBISZEWSKI, S. What is an environmental conflict? Zurich: Center for Security Studies, 1992. 14p.

PALMEIRA, A. R. O. Biologia da raia *Dasyatis guttata* (BLOCH & SCHNEIDER, 1801) (MYLIOBATIFORMES; DASYATIDAE) no litoral do Pará. Dissertação (Mestrado em Ciências Biológicas) - UFPB. Paraíba. 2012.

PIMENTEL, M. A. S. Comunidades tradicionais em Reservas Extrativistas marinhas no Estado do Pará: conflitos e resistências. **Ambientes**, v. 1, n. 1, p. 191-218, 2019.